



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais

Maria Inês Amarante



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

AMARANTE, Maria Inês. Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais. Cadernos Nauti: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 51-66, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

Rádios comunitárias: ativismos e resistência nas redes sociais

Maria Inês Amarante¹

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar a experiência do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, que formou uma rede de 890 rádios durante as eleições de 2018. Para tanto, trazemos reflexões sobre essas transmissões pelas mídias sociais, buscando mostrar como grupos de comunicadores inovam suas estratégias de luta e resistência em tempos de convergência midiática. A pesquisa realizada é bibliográfica, documental e se complementa com relatos de participantes destas redes. A lei que regulamentou as rádios comunitárias no Brasil restringiu a formação de redes de transmissão. No entanto, ativistas adotaram a estratégia de associar a luta dos softwares livres com a das rádios alternativas, trazendo um “espaço da autonomia”, num salto do analógico para o virtual que rompeu barreiras e expandiu experiências comunitárias. Conclui-se que, para além de uma apropriação das tecnologias digitais, é necessário sensibilizar o público em geral para que atue na construção da democracia, revigorando o direito à comunicação.

Palavras-chave: rádio comunitária; redes; comunidades virtuais; cultura.

Abstract

The purpose of this paper is to present the experience of the National Community Radio Movement that formed a network of 890 radios during the 2018 elections. To do so, we

¹ A autora é pós-doutora em Ciências Sociais (Antropologia); doutora em Comunicação e Semiótica; mestre e especialista em Comunicação Social. Atuou como professora e pesquisadora da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana junto ao ILAACH e no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (IELA). Autora das obras: “Guerrilheiras da Palavra: rádio, mulheres e resistência” (Appris, 2021); “Rádio Comunitária na escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã” (Intermeios, 2012); e co-organizadora do livro “África, múltiplos olhares sobre a comunicação” (Intercom, 2013). Publicou diversos artigos científicos e socioculturais em revistas e livros nacionais e internacionais. E-mail: inesamarante@gmail.com.

bring reflections on these transmissions by social media, seeking to show how groups of communicators innovate their strategies of struggle and resistance in times of media convergence. The research is bibliographic, documental, and is complemented by reports from participants of these networks. The law that regulated community radio in Brazil restricted the formation of broadcast networks. However, activists adopted the strategy of associating the struggle of free software with that of alternative radios, bringing a “space of autonomy” in a leap from analog to virtual that broke barriers and expanded community experiences. We conclude that, in addition to an appropriation of digital technologies, it is necessary to sensitize the general public to act in the construction of democracy, reinvigorating the right to communication.

Keywords: community radios; networks; virtual communities; culture.

I. Introdução

Ao abordar a resistência e as rádios alternativas e comunitárias, gostaria inicialmente de trazer algumas reflexões a respeito da presença histórica e significativa dessas rádios nas sociedades latino-americanas. Em seguida, mostrar a transformação havida nessas rádios na era da convergência e as novas possibilidades de ação em rede dos movimentos sociais, bem como a apropriação desse “espaço sonoro” de fala de inúmeras comunidades.

O oligopólio dos meios de comunicação privados, de concessão pública, constitui um paradoxo e uma realidade em nosso continente. Desde o final dos anos 1940, porém, conhecemos as mais significativas experiências radiofônicas que buscaram a conquista da cidadania atuando na contracorrente desse domínio.

Em seu livro *Emergência das Rádios Comunitárias no Paraguai*, Brunetti (1997) lembra que, em toda a América Latina, existe uma semelhança entre os governos e os povos no que diz respeito à instalação e desenvolvimento de grandes meios comerciais de propagação e alcance massivo: a de postergar sua finalidade social.

Há que se ressaltar que, desde que surgiram, as rádios comunitárias se configuraram como instrumento de resistência de movimentos populares envolvendo atores sociais enquanto sujeitos da comunicação – não mais como receptores passivos e sem voz diante dos poderosos conglomerados dominantes.

No entanto, a história registra que, mesmo em ambientes ditos democráticos, estas emissoras seguem sendo alvo de perseguições e criminalização por parte do Estado e

sobrevivem sem usufruir de políticas públicas específicas e inclusivas com o rechaço das grandes empresas de comunicação, realidade que compromete sua função de democratização da palavra e meios de resistência!

As primeiras experiências de rádios alternativas e comunitárias que marcaram as lutas em prol da justiça social e da mobilização cidadã no continente latino-americano, formando redes, fizeram história na década de 1950 e se espelharam nas rádios mineiras da Bolívia, quando os trabalhadores das minas descobriram que as ondas hertzianas convocavam mais que os “panfletos”. Estas rádios pioneiras foram meios de mobilização populares e promoveram um grande impacto social. A partir delas se formou uma rede de rádios composta por 33 emissoras, com emissões em quéchua e aymara, línguas dos povos originários. Uma das primeiras redes da qual se tem registro naquele país foi a ERBOL – que defendia o direito dos trabalhadores das minas e reunia as rádios Vanguardia – La voz del minero; Radio Pío XII; Radio Nacional de Huanuni e Radio Animas, entre outras. Elas se profissionalizaram e foram severamente reprimidas em tempos de ditadura. Os mineiros eram trabalhadores muito importantes na realidade econômica e política da Bolívia e, nos anos 1970, ainda conseguiam manter 26 emissoras em funcionamento, quase todas elas nos distritos mineiros da região do altiplano andino (AMARANTE, 2010).

O rádio foi fundamental nos diversos processos revolucionários e de resistência conhecidos na América Latina, sob o comando de grupos políticos guerrilheiros como a Rádio Rebelde em Cuba, protagonizada por Ernesto Che Guevara, a Rádio “Sandino” da Nicarágua, ou a “Rádio Venceremos”, em El Salvador, que durante onze anos difundiu a luta do povo salvadorenho antes de ser legalizada, em 1991. Muitas dessas emissoras foram chamadas de “clandestinas” ou “piratas”, em campanhas sensacionalistas dos meios hegemônicos. No entanto, o rádio segue representando uma forma de comunicação sonora específica – que usa sons diversos (da natureza, de vozes, de música) e o silêncio que encarna, há mais de 70 anos, os princípios da democracia comunicacional tão bem elaborados e estudados pelos mestres Kaplún, Diaz Bordenave, Beltrán e outros de igual importância que se aproximaram da comunicação dos setores populares nas sociedades latino-americanas, idealizando formas de ação participativa.

As rádios comunitárias na era da convergência

No Brasil, a Lei 9612/98, que regulamenta as rádios comunitárias, aprovada graças às diversas frentes de luta reunidas em movimentos para o desenvolvimento da comunicação dialógica e popular, teve como objetivo romper o bloqueio da mídia tradicional que destrói a verdade, legitima as mentiras e negligencia as culturas locais em favor de uma cultura massificada. No entanto, ela é restritiva em vários aspectos, impedindo as emissoras comunitárias de formar redes de transmissão. Não houve qualquer avanço regulatório desde que a internet avançou e abriu espaços de difusão e intercâmbio de narrativas contra-hegemônicas possibilitando a inserção de pautas éticas, educativas e cidadãs nas redes sociais. A repressão a esses veículos é uma realidade, criando ainda mais barreiras para uma participação ativa da população.

Com as novas tecnologias, houve uma reconfiguração paulatina das características do meio rádio, sobretudo a partir do ano 2000. Esta transformação, denominada por estudiosos como Prata (2009) de “radiomorfose”, uma vez que o rádio se torna, além de veículo específico de emissões sonoras, algo diferente que ganha um site², – com textos, hipertextos, imagens, podcasts, publicidades, chega às redes sociais e cria outros vínculos no ciberespaço, além dos elos sonoros tradicionais que mantinha com seus ouvintes e colaboradores – agora vistos como “internautas”.

Nos últimos vinte anos, a revolução informática adquiriu muita velocidade, impulsionando a convergência tecnológica, eliminando as fronteiras entre os meios tradicionais de comunicação e criando oportunidades interativas entre os agentes midiáticos. Mas, sem dúvida, a mais importante mudança no panorama vem ocorrendo pelo avanço da digitalização, gerando novíssimos meios e articulando-os simultaneamente com os velhos transmissores de conteúdo.

Embora o rádio digital não seja uma realidade no Brasil, houve um salto do analógico, que ainda sobrevive, para o virtual, sendo que o rádio ultrapassou o campo eletromagnético e transbordou para as mídias sociais. O curtir – comentar – compartilhar já é uma realidade dita de “interatividade” dos ouvintes em aplicativos radiofônicos.

² Rádios online são rádios presentes nas ondas hertzianas e na internet e rádios web ou web rádios têm presença exclusiva na internet.

Na era digital, encontramos um novo espaço repleto de novas possibilidades e também de exceções. No Brasil, enquanto existem inúmeros canais sendo abertos, o acesso à tecnologia é limitado e desigual e transpassa todas as questões sociais que servem como balizadores de direito, como são as questões de classe, raça e gênero por exemplo, configurando então mais um espaço para comportar esta luta por direitos. Pelo Plano Nacional de Banda Larga, 60% dos municípios não têm acesso à internet e apenas 15% das residências rurais têm internet.³

Quanto às políticas públicas em relação à atribuição dos meios de comunicação analógicos, nada foi alterado... A pesquisa “Quem Controla a Mídia no Brasil”⁴, um projeto da ONG Repórteres Sem Fronteiras realizado em dez países, analisou 50 veículos, e o critério de escolha foi a audiência. Dos 50 veículos, nove são ligados a grupos religiosos e nove, ao Grupo Globo. Isto mostra as duas forças competidoras concentrando a mídia no País, o que traz um grande prejuízo para a democracia devido à concentração e a facilidade de divulgação de um pensamento único em prejuízo da diversidade. Há autores que apontam para uma concentração cultural, se formos pensar em termos de penetração social. De nada serve criticar a realidade: o que deve ser feito é olhar com um pouco mais de cuidado para o que significa essa concentração midiática no Brasil e refletir de que modo os grupos de poder midiático puderam crescer e chegar a esse ponto. Inúmeros estudos apontam para a pouca regulação e a falta de fiscalização do que tem sido veiculado, se estão respeitando o princípio da responsabilidade social e a programação educativa prevista por lei (ORTRIWANO, 1986).

Foi nesse processo de convergência das mídias que o rádio como mídia tradicional, dita de massa, foi se adequando às transformações, transmutando-se no que se denomina rádio hipermidiático – ou rádio expandido –, criando mudanças políticas, rituais, sociais e econômicas nas emissoras e nos modos de escuta e participação dos ouvintes (MORALES, 2018).

Se formos pensar de modo otimista, foi essa revolução cibernética e das máquinas a responsável pela interlocução simultânea de múltiplos sujeitos, como lembra o professor

³. Informações obtidas no portal www.redeslivres.org.br, apresentadas pelo Coletivo Intervezes em Seminário organizado pela Amarc-Brasil: “O futuro das rádios comunitárias em tempos digitais”, Campinas, 31/3 a 1/4/2016.

⁴ <https://portal.comunique-se.com.br/quem-controla-midia-no-brasil/>. Consulta realizada em 10/11/2017.

Marques de Melo. No entanto, há quem aponte para um empobrecimento de conteúdos – uma vez que qualquer um pode dizer sem comprovar, abrindo espaço para uma profusão de “fake news”.

Segundo Castells (2012) a “Sociedade em Rede” representa um complexo fenômeno tecnológico que assinala uma nova forma de organização social. A emergência da rede como novo meio de comunicação social mostra os novos padrões de interação e a formação de comunidades virtuais. Barbero (2014) afirma que dois processos estão transformando radicalmente o lugar da cultura em nossas sociedades: a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades. Nós convivemos com esta realidade e não nos é mais possível prescindir da tecnologia. Os avanços tecnológicos “colocam à disposição dos usuários interfaces cada vez mais acessíveis e intuitivas, [...] permitindo que o público se integre de maneira intensa no processo de produção da informação” (LOPEZ *apud* LOPEZ e QUADROS, 2014, p. 6).

Tudo se altera com o surgimento de um novo tipo de usuário dentro do atual processo de convergência midiática, de um novo ouvinte de rádio, o internauta. Os sites das chamadas “redes sociais” se popularizaram e foram também apropriados por emissoras de rádio, configurando-se como uma nova plataforma de comunicação entre ouvinte e comunicador.

A mediação pelo computador [...] gerou outras formas de estabelecimento de relações sociais. As pessoas adaptaram-se aos novos tempos, utilizando a rede para formar novos padrões de interação e criando novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais, lembra Recuero (2011, p. 88). Mas a rádio em rede também promoveu individualizações! Surgem avatares, perfis individualizados e uma atomização do “ouvinte” transformado em “internauta” – em comunidades virtuais, onde o próprio meio passa a servir de mediador, mais do que o “líder de opinião” ou a liderança comunitária dos espaços físicos de residência.

As redes, de acordo com a pesquisa, são utilizadas por uma série de razões, entre elas a “atualização de notícias e acontecimentos”. No tocante à produção, transmissão e consumo de informações, surgiram novidades: – Fala-se em algoritmos – que é o controle das massas navegantes; – Evidencia-se a propagação de fake news – que sempre existiram, mas agora são compartilhadas por nós e em larga escala por robôs; – Formam-

se comunidades relacionadas a emissoras comerciais. A conquista de uma audiência cidadã passa então por novas dinâmicas de participação com o ouvinte-internauta.

Surgem novas possibilidades de ação em rede, com a apropriação de um “espaço sonoro” de fala de inúmeras comunidades. As rádios alternativas, que se tornaram multiplataformas móveis, sobretudo pelo celular, seguem tendo uma função social a cumprir, mas precisam contornar as dificuldades que se apresentam.

O celular – mais do que um objeto de consumo concentrador de mídias –, representa hoje o acesso a um espaço privilegiado para consumo de bens simbólicos. Além dele, há novos suportes de participação, como o e-mail, fóruns de discussão, sistemas de mensagens instantâneas etc. Sendo assim, é difícil conceber a ideia de que ainda persiste a dificuldade de se construir uma comunicação mais democrática e plural. As redes virtuais existem desde o ano 2000, quando tem início o Fórum Social Mundial (FSM), vencendo o bloqueio midiático no setor da radiofonia.

Em Porto Alegre, em espaço montado para jornalistas, radialistas e comunicadores de todo o mundo, foi possível o exercício da liberdade democrático-comunicativa no FSM, quando todas e todos ocupavam computadores e divulgavam as discussões e matérias sobre o fórum para o mundo. Uma experiência inigualável e muito estimulante de participação.

Várias organizações intercontinentais de rádios comunitárias, como a AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias, promoveram encontros e debates de comunicadores e espaços para se divulgar entrevistas com lideranças intercontinentais, ajudando a pensar “Outro mundo possível.”

O que o Fórum Social Mundial trouxe de novo, além de debates sobre os oligopólios e as TICs (tecnologias de informação e comunicação), foi o estímulo a novos protagonismos que foram surgindo desde então. A mídia promotora do desenvolvimento humano no mundo globalizado, as mídias livres, a existência de uma rede rizomática – que apareceu recentemente no México, permitindo o uso de celulares comunitários, o ativismo de jovens, a ascensão de uma nova esquerda que queria revisar as políticas de comunicação... A Mídia Ninja – que usa aplicativo que permite a qualquer um interagir em rede...

Surgiram experiências de redes como O Jornal dos Trabalhadores que, com o apoio da CUT, sobreviveu até 2014, ajudando a constituir uma rede de rádios comunitárias

nacional e uma emissora de TV. Com o golpe de 2016, ficou mais difícil a relação entre as rádios comunitárias porque muitas não tinham essa organização. Porém a união de várias lutas foi fundamental, entre elas a do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC), que existe há mais de 20 anos; o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC); o Coletivo Intervezes, reunindo acadêmicos e que ganhou muita representatividade no setor; ONGs como a Artigo 19; Repórteres Sem Fronteiras; coletivos de rádios livres, todos foram ganhando espaço na perspectiva da defesa do rádio como meio estratégico para a consolidação da democracia brasileira e latino-americana.

O Portal Radiotube no Brasil e a Radioteca que, desde Quito, no Equador, emite em software livre em suas múltiplas editorias, permitem ao internauta escolher os conteúdos que deseja salvar e são dois exemplos estratégicos de comunicação compartilhada, como o Sound Cloud – plataforma gratuita que facilita inserção de programas e arquivos sonoros.

Gostaríamos de particularizar a experiência da Rede de Rádios pela Democracia que, em 2018, ano eleitoral, por meio de plataforma digital, enviou instruções de acesso pelo whatsapp, conseguiu reunir 890 rádios comunitárias de diversas regiões do Brasil em redes sociais e já foi várias vezes formada depois desse período. A Rádio Democracia, como é chamada, também disponibilizou conteúdos de imagens, gravações e programas no Facebook e outras plataformas para acesso de todos os ouvintes e internautas.

A história dessa Rede está ligada à do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias – MNRC, que surge de uma constatação sobre a representatividade das rádios comunitárias e de como o movimento deve se comportar diante do grande oligopólio da comunicação. Desde o surgimento das rádios livres (MACHADO et al., 1986), o debate é semelhante ao da propriedade da terra, trazido pelo MST: – uma briga contra o latifúndio –, e procura mostrar qual é o papel do inimigo neste processo, lembra Jerry de Oliveira (2019).⁵

Os comunicadores reunidos querem o fim da propriedade privada do latifúndio do ar, tendo em vista a proporção que ela tem. Para o entrevistado, começou-se a perceber que a luta institucional se dá com um movimento forte, por detrás da sustentação dessa

⁵ Jerry de Oliveira é sindicalista, comunicador e diretor da Rádio Noroeste, uma rádio pública de Campinas, Estado de São Paulo. Entrevista realizada em 21/7/2019, via whatsapp.

luta, que não é apenas institucional, que sempre acaba travando pelo lado burocrático e os interesses dos representantes da mídia hegemônica. Porque o papel político de um movimento vai além da discussão da lei e outros debates. O MST mostra bem isso, que movimentos são feitos por gente e não por dirigentes de associações.

Não somos um exército de cinco mil rádios, somos um exército de combatentes. E nosso primeiro debate foi mais ou menos isso: não se faz movimento com dirigentes. Ele tem que ter a base. É mais importante do que ter CNPJ. É importante ter pessoas, um grande exército de locutores, produtores, técnicos etc. Não queremos reuniões com ar condicionado. Para dar sustentação a um movimento maior precisa de um exército que junte a academia, gente da prática também. E aí pelo histórico dos trinta mil ativistas que foram criminalizados, a gente percebe que o Estado – ou a institucionalidade é uma enganação. O Estado reprimiu a mando daqueles que monopolizam a comunicação. O enfrentamento direto a este monopólio nos fez criar e instituir o Movimento Nacional de Rádios Comunitárias. Entidades sentam à mesa e não se preocupam com o fortalecimento do movimento – o fim da propriedade privada dos meios, a libertação das rádios da Anatel, do canal único que nos impuseram. Ficam apenas apagando incêndio, o que não resolve. Para enfrentar esse poder, a gente quer mais... Tem que ter a crise da radiodifusão com a desobediência civil e é por isso que quando a gente chama a este debate, a gente foge da institucionalidade e é por isso que muitas entidades não querem debater o fim da propriedade privada dos meios de comunicação. Somos milhões e não apenas cinco mil rádios como muitos pensam que somos (JERRY, 2019).

Os empresários da comunicação há muito perceberam que as rádios integradas na busca de uma organização maior em redes – que estavam surgindo no final dos anos 1990, poderiam prejudicar o papel hegemônico que exercem. Assim, uma das censuras que foram impostas pela Lei 9.612/98 foi a de não permitir redes de rádios comunitárias em FM pelo canal único que lhes foi atribuído, deixando essa possibilidade de articulação para a mídia tradicional manter seu poder de articular, dominar.

No entanto, desde o início, vários movimentos compreenderam que entrar em rede era fundamental, pois isso significa interligar, juntar pessoas em torno de uma outra comunicação inclusiva, com envolvimento social, assunto pautado nos Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre, em 2002 e 2005, que teve como tema: “outra comunicação é possível”.

Quando se fala em rede, porém, sobretudo na comunicação, se pensa numa rede centralizada, verticalizada, segundo Jerry de Oliveira (2019). Do ponto de vista histórico, a primeira vez que as rádios comunitárias transmitiram em rede nacional foi em 2001, no 1º Fórum Social Mundial – FSM. Segundo o comunicador, a Rádio Noroeste emprestou

o equipamento transmissor para a Rádio Muda, uma rádio livre e cidadã que funcionava na caixa d'água do campus Barão Geraldo da Unicamp. Depois disso, o José Guilherme e o professor Emersom Amorim construíram na Faculdade de Educação da UFMG a Rádio FAI. Era o primeiro provedor que foi criado para a formação de rede, lembra Jerry:

Na época, a internet era discada, a banda era pequena e a rádio FAI foi o primeiro distribuidor de conteúdos que tivemos. Foi importante porque a gente fazia a rede de forma horizontal. Não tinha uma cabeça de rede, mas várias. Naquele período, qualquer rádio poderia formar rede via internet. Aí a gente começou uma luta aqui em Campinas. A gente chegou a juntar 96 rádios; criamos uma pauta, demos uma cutucada no monopólio da comunicação de Campinas, e depois a gente cobriu o Fórum Mundial da Educação. Cobrimos greve, entramos em rede com o MST, numa marcha, e o pessoal carregando, colocamos transmissor num caminhão (JERRY, 2019).

Há que se lembrar que uma rede só é possível quando se discute o papel dela, porque ela não é vertical, onde apenas uma pessoa fala e muitos escutam. No grande debate sobre redes se discute a horizontalidade. O funcionamento é democrático: qualquer emissora de rádio comunitária pode ser cabeça de rede, desde que o princípio que a norteia seja a capilaridade da horizontalidade.

Na Rádio Democracia, que é como se denominou a rede, buscou-se garantir este princípio, para que qualquer um que envie o seu áudio, seja na condição de ouvinte, correspondente, na condição de “gente militante”⁶, tenha o direito de opinião e de expressão, com respeito à causa comum a todos. Existe seletividade, por exemplo, porque não tem esse direito uma pessoa que queira defender a pena de morte. A denominação de Rádio Democracia serviu justamente para valorizar os direitos humanos, valorizar as mulheres, valorizar a comunidade LGBT. Essa é a grande ideia da democracia, que difere de outros segmentos em que há uma rede de rádios vertical, sob o comando de empresas que têm fins de lucro e são dominantes neste grande “mercado” que são os meios de comunicação privados. Um bom exemplo é a CBN – Central Brasileira de Notícias, de propriedade da Globo, ou a Jovem Pan, que hoje pertence ao multimilionário Pastor Edir Macedo.

A Rede Rádio Democracia é horizontal, tanto pode ser feita na Amazônia, no estúdio da Rádio Noroeste em Campinas, no Rio Grande do Sul, a qualquer momento, a

⁶ Termo utilizado pelo entrevistado.

qualquer hora, como já foi feito em diversas ocasiões⁷. A Rádio Democracia não é fake, nem coisa de extraterrestres. É uma rede de comunicação que se espalha contra os abusos do Poder Judiciário e um movimento social que quer debater e construir outra comunicação para o Brasil em ambiente político inóspito, quando as barreiras impostas são mais concretas.

Segundo Jerry de Oliveira, na Rádio Democracia se trava uma guerra na comunicação brasileira que se acirra a cada momento quando o golpe avança sobre a sociedade. Assim, ao se lançar na disputa contra a narrativa do julgamento de Lula, em 2018, a rede Rádio Democracia conseguiu ir muito além do que se esperava. Houve 600 rádios conectadas no Brasil, 400 mil acessos nos sites e aplicativos e, além disso, foi possível tirar a invisibilidade das rádios comunitárias e livres junto aos movimentos sociais:

Florestam Fernandes aponta uma questão importante neste processo: a espontaneidade pode ser um grande instrumento do capital para atingir seus objetivos, porém a organização com corte de classes pode ser um baita instrumento para mudar a ordem estabelecida. Sem um programa efetivo para as rádios comunitárias, não alteramos a ordem, muito pelo contrário, legitimamos o instrumento de dominação. Durante o golpe, vivenciei milhares de rádios apoiando o golpe, e muitas inclusive seguindo a narrativa golpista. O MNRC – Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, que se reuniu em maio de 2017 em Brasília, entendeu a necessidade de olhar para isso com atenção. Olhamos com muito cuidado e resolvemos interagir com rádios comunitárias em seu conceito máximo, que são emissoras cujo objetivo é ser um instrumento de humanização da sociedade. Acho que conseguimos separar o joio do trigo neste processo. Agora precisamos nestas relações construir de forma horizontal um programa efetivo para colocar nosso movimento em marcha contínua (JERRY, 2019).

O próximo passo que está sendo discutido é fazer a rede pelo celular. Para Jerry de Oliveira (2019), estas são ações estratégicas de movimento, em momentos específicos, em tempos de golpe de estado. A Rádio Democracia criou o grupo “rádios democráticas” no whatsapp, reunindo rádios comunitárias, rádios livres, rádios da Amazônia, rádios indígenas, professores e pesquisadores da área, partindo do princípio de que um verdadeiro programa para a radiodifusão livre no Brasil tem que abordar todos os aspectos, sobretudo as diferenças regionais, as etnias, as questões de gênero e de classe.

⁷ A rede Rádio Democracia transmitiu nacionalmente quando foi promulgada a sentença da Lava Jato contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e também durante a campanha das eleições presidenciais de 2018, chegando a unir 890 rádios de várias regiões do Brasil.

Há uma incerteza de se poder dar continuidade porque os provedores podem “desligar a Rádio Democracia da tomada” a qualquer momento, na expressão do entrevistado. Por isso, estão se buscando novas estratégias com provedores próprios. Os avanços já foram muitos, pois já se conseguiu comunicação com movimentos do Brasil e do mundo sem passar pelo filtro desses provedores.

O mais importante é que sempre haja uma emissora que possa ser cabeça de rede, em uma determinada emissão. Para participar, as pessoas podem mandar o áudio por whatsapp, aplicativos e até por e-mail. A pauta é bem clara: se for sobre greve geral, vai-se falar de greve geral; se é sobre reforma da previdência, se fala sobre isso. A seleção das contribuições é feita desta forma. Já para vídeo é diferente porque há aplicativos e provedores próprios:

A gente tem uma lista de rádios e planeja a pauta. Por exemplo: no caso do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, a gente formou rede. As rádios funcionam em sintonia com os acontecimentos da comunidade. E podemos fazer isso em qualquer lugar do mundo. Isso é bem rápido. Quanto à seleção de conteúdos, só nos preocupa o tempo disponível em rede e não a linguagem da pessoa que faz acontecer o debate. Pode ser acadêmica ou não. O importante é o papel organizativo, informativo e opinativo no áudio, uma vez que o papel é educativo e o objetivo é ajudar o povo a ter uma visão das coisas. Pensar em Paulo Freire: – ver, pensar e agir (JERRY, 2019).

Apesar de persistir o domínio de grandes grupos hegemônicos como fontes de informação nas redes sociais, o ouvinte-internauta raramente pergunta qual é a fonte noticiosa, mas associa fonte a suporte da informação. “Facebook não é fonte noticiosa, nem podcast é notícia em tempo real, lembra Marcelo Kischinhevsky em seu livro Rádio e Mídias Sociais” (2016).

Este dado mostra que não basta participar de uma comunidade virtual se isso não se reflete numa comunidade real.

Indagações trazidas por Barbero antes do final do século XX ainda não foram respondidas em diversos países: – Até que ponto os novos espaços midiáticos (tv, internet/rádios/blog) estão traduzindo e canalizando realmente as manifestações cidadãs? – Até onde estão inventando e facilitando as novas formas de participação? Novos modelos de comportamentos cidadãos?

As ações comunicativas e o ativismo da rede Rádio Democracia atuam neste sentido de inclusão e estímulo da participação cidadã.

Considerações finais

É preciso deixar de ver o rádio comunitário como mídia e pensar o meio como movimento social que envolve “múltiplos atores”, como comunicação dialógica, lembrando o mestre Paulo Freire, onde o compartilhamento seja a partilha de fatos, ideias e ideais.

O rádio também pode ser compreendido como um “lugar de fala” – um espaço privilegiado de apropriação do discurso dos ouvintes – de uma nova produção de sentidos – reverberando nas mídias sociais onde se faz presente. E se as portas forem fechadas na internet, que as ondas hertzianas gratuitas sejam realmente públicas e não funcionem como propriedade privada.

Hoje, na era da conexão virtual, a internet desempenha um papel fundamental na compreensão da massificação dos movimentos sociais, uma vez que a facilidade de disseminação das informações fornecidas pela rede é imediata, permite uma autonomia daqueles que enviam as mensagens (o seu conteúdo, a quem são dirigidos e todos aqueles pequenos pontos e detalhes que a mídia e a política não permitem que se espalhem) de quem os recebe. Os movimentos que surgirem materializarão sua indignação, afirma Castells (2012) e suas propostas de movimentos para além das redes sociais por meio das quais estabeleceram sua comunicação posterior e, assim, reivindicarão para si um espaço público que ocuparão para mostrar seu descontentamento. Então, os indignados estruturados pela rede precisam tornar visíveis suas demandas e é por isso que ocupam espaços físicos como as principais praças da cidade, as ruas. O medo é superado e vai da indignação à esperança, compartilhando a revolução e vivendo mais tangivelmente com outros essas experiências revolucionárias.

Agora, novas tecnologias permitem retransmitir os movimentos que surgem com suas atividades a todos aqueles que não participam dessas atividades acompanharem em tempo real. Essas autotransmissões em massa podem evitar um possível bloqueio por parte da mídia hegemônica que, apesar de suas afinidades e vínculos com o poder estabelecido, deve se submeter à evidência dos fatos e fazer uma cobertura especial do que está acontecendo.

A era da rede abre um mundo de possibilidades para promover a mudança social. Por meio dela, o movimento é moldado, a tecnologia é traduzida e incorporada na

realidade humana. A rede distribuída sem hierarquia ou centro dá origem a uma revolução diferente, sem líderes. A velocidade da voz e a difusão da internet também se traduzem em pesquisas puras, mutáveis, participativas e inclusivas, que escapam às classificações para usar e preferem não definir ou articular um programa clássico de reivindicações concretas.

Castells (2012) valoriza as contradições, as claras-escuras das revoluções através da rede. É difícil pensar como as coisas podem mudar através de um movimento sem líderes visíveis e que, ao mesmo tempo, se reconheça o princípio da democracia representativa, não queira fazer parte das instituições que, hoje, são os únicos canais que nos permitem transformar essencialmente a realidade. Ele também afirma que se os movimentos sociais se tornarem um partido político, isso levaria a que tais movimentos deixassem de existir como tais. Desse modo é de se pensar que se esses movimentos tiverem adesão é porque conseguiram mudar a mentalidade dos cidadãos, em contraponto ao poder vigente que negligencia tratar dos temas como a desigualdade e a pobreza, colocando-os no centro do debate social.

É possível que surja um pacto entre o ativismo social e o reformismo político, porque a mudança cultural que os movimentos sociais causaram terá que ser ouvida e apropriada, de alguma forma, pelas partes que concretizarão em seus programas novas medidas sociais. Os contratos sociais, a partir de agora, serão tecidos de várias maneiras, já que os meios modernos de conexão nos levarão a pautar tudo isso. “O legado dos movimentos sociais nas redes será uma nova forma de democracia” (CASTELLS, 2012).

A partir destas reflexões, podemos afirmar que há um elo que vem crescendo entre o ciberespaço e o espaço urbano, que é um híbrido que o autor se refere como “espaço de autonomia” (CASTELLS, 2012, p. 213). Este “espaço da autonomia é evidentemente a nova forma espacial dos movimentos das redes sociais” (*id.*). Com apenas um clique, a informação local se expande e pode aumentar a conscientização da população e fortalecer a participação nos movimentos, fazendo com que as pessoas reflitam sobre suas vidas e seus países, estimulando a capacidade de tomada de decisões em relação à classe política (*id.*, p. 226).

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Maria Inês. Rádios Comunitárias e transformações sociais na América Latina. São Paulo: USP/meio digital – Extraprensa – Cultura e Comunicação na América Latina, v. 1, p. 511 – 524, 2010. Disponível em: www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/viewArticle/84. Acesso em 12 de abril de 2022.
- AMARC ALC y ALER. El bit de la cuestión. La radio popular y comunitaria em la era digital. Buenos Aires: AMARC-AL, 2010.
- BARBERO, Jesus Martin. Diversidade em convergência. In: Revista Matrizes, São Paulo: USP, v. 8, n. 2, jul/dez. 2014, p. 15-33.
- BORDENAVE, Juan Díaz. Participación. Asunción: Paraguay: Editorial Arandurã, abril 2016.
- BRUNETTI, Vicente. Emergência de las Radios Comunitarias em Paraguay, 1ª ed., San Lorenzo: Fac. Politécnica de la Universidad Nacional de Asunción; Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE) y Asociación Mundial de Radios Comunitarias (AMARC), Quito, Ecuador, 1997.
- CASTELLS, M. Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet. Hernández, M. Trad. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de et al. (Orgs). Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação. Embu-SP: Alexa Cultural, 2018.
- KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e Mídias Sociais: Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- LOPEZ, Debora Cristina; QUADROS, Mirian Redin de. Rádio e redes sociais: novas ferramentas para velhos usos? Revista Intexto, Porto Alegre: UFRGS, n. 30, jul. 2014, p. 166-183.
- MACHADO, A. *et al.* Rádios Livres: a reforma agrária no ar. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGNONI, Antonio Francisco; CARVALHO, Juliano M. de. (Org.). O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital. São Paulo: Ed. Senac, 2010.
- MEDITSCH, Eduardo. A informação sonora na webemergência: sobre as possibilidades de um radiojornalismo digital na mídia e pós-mídia. In: MAGNONI, Antônio Francisco; CARVALHO, Juliano Maurício de (Orgs.). O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital. SP: Ed. Senac-SP, 2010.
- MORALES, Elena Nava. Rádio Totopo: a configuração das redes na comunidade. In: Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação – Guilherme Gitahy de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Moriz Schwamborn, Alexa Cultural: São Paulo, 2018.
- ORTRIWANO, Gisela. A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus Editorial, 1985.
- PRATA, Nair. Webradio: novos gêneros, novas formas de interação. Florianópolis: Insular, 2009.

RECUERO, Raquel da Cunha. Comunidades em Redes Sociais na internet: Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e comunic. Programa de pós-graduação em comunicação e informação 2006, 334p.

VILLAMAYOR, Claudia. Tramas de la comunicación: 60 años de história de Comunicación Radiofónica en América Latina. 23 de Mayo del 2007.

ZUCOLOTTO, Valci et al (Org.). 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: Intercom, 2016 (Coleção GPS; grupos de pesquisa; v. 22).

Recebido em 10 de fevereiro de 2022 | Aceito em 17 de fevereiro de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional